

A PROMOÇÃO DA LEITURA NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

D. M. L. L. S.
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação - POSEDUC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

E. C. M. Q.
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação - POSEDUC
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Introdução

Este trabalho é fruto das discussões sobre a cidadania na sociedade pós-moderna, realizadas na disciplina Educação e Cidadania do Programa de Pós Graduação em Educação – POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, bem como das pesquisas realizadas sobre leitura, formação do leitor e mediadores de leitura.

No atual cenário educacional encontramos diversos desafios quanto à formação cidadã do sujeito. O conceito de cidadania parece fugir dos ideais que carregam seus verdadeiros sentidos, no entanto, essa produção vem alargar esse conceito frente à promoção da leitura como uma das atribuições que se constitui como direito e dever, possibilidade de mudança e transformação social.

A educação está para a cidadania dos sujeitos constituintes da sociedade, e trazer a discussão da leitura nos fará perceber quão relevante é sua presença na formação daqueles que estão dentro e fora do espaço escolar, uma vez que a leitura ultrapassa o viés dos muros da escola, sendo, além disso, uma prática social, que interage de forma ativa com a formação crítica e participativa dos sujeitos em sociedade.

Aqui discutimos esse tema em uma perspectiva pós-moderna em que está inserida essa promoção do acesso, da introdução e da importância com que é absorvida a leitura em plena modernização e apelo ao consumismo, fatores pelos quais o mundo está marcado nesse século XXI.

Desmistificar o conceito de cidadania e ampliar o viés da participação ativa dos sujeitos é nossa intenção para que de fato se perceba a leitura nesse processo como uma necessidade humana, uma possibilidade de formar cidadãos sobre a partir de sua própria constituição no mundo, e para isso é preciso entender tal conceito que Contina (2005) nos

apresenta de forma clara e objetiva, ao mesmo instante em que se faz necessária uma ponte entre conceito e a realidade em que se encontra a situação pós-moderna, marcada pela ousadia e reflexão feita por Bauman (1998, 2008) de enxergar a ação humana frente às novas tecnologias que pretendem cada vez mais situar-se no cotidiano, além dos prazeres das redes sociais que consomem a mente humana a cada segundo.

Nesse contexto é preciso buscar possibilidades de relacionar tais fatos, pois a inexistência tecnológica é mito e a urgência em interligá-la ao sujeito em seu cotidiano será uma possibilidade de estar contribuindo para a sua formação, e sendo a escola uma dessas responsáveis, mesmo sendo essa tarefa desafiadora, é que apresentamos a promoção da leitura como dos mecanismos para a constituição da formação cidadã crítica e humana do sujeito nessa nova era, quando a leitura se configura como uma possibilidade de formação, de descobertas da própria existência e da participação em meio ao convívio social.

Nesse percurso trazemos como exemplo a ação concreta do Programa de Extensão Biblioteca Ambulante e Literatura nas Escolas – BALE, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, um desses exemplos que tem dado certo na promoção, na acessibilidade e na formação dos sujeitos que por ele são atendidos pela leitura.

Assim, o trabalho se distancia do impossível, propiciando uma reflexão acerca desses conceitos que mesmo considerados “antigos”, não saem de cena pelo simples fato de estarmos discutindo sobre seres pensantes, capazes de construir a sua própria história frente à sociedade.

Cidadania: Entendendo o conceito pelo viés da educação

A cidadania é antes de tudo uma condição humana que todos temos enquanto sujeitos de uma sociedade inserida no mundo. Dessa forma, a sua interpretação deve acontecer de acordo com a cultura a qual está inserida, no nosso caso, a cidadania ocidental parte do pressuposto da democracia e da conscientização que dão origem ao conceito de cidadania, que nas palavras de Cortina (1997, p. 51) diz:

O conceito de cidadania que se converteu em padrão foi o de cidadania social, tal como Thomas H. Marshall o concebeu há meio século. A partir dessa perspectiva, é cidadão aquele que, em uma comunidade política, goza não só dos direitos civis (liberdades individuais), nos quais insistem as tradições liberais, não só de direitos políticos (participação política) nos quais insistem os republicanos, mas também de direitos sociais (trabalho,

educação, moradia, saúde, benefícios sociais em épocas de particular vulnerabilidade).

Nesse sentido, a cidadania está muito além daquilo que é posto muitas vezes pela sociedade, que desconhece seu sentido e sua dimensão. A cidadania envolve o sujeito em sua totalidade, lhes permitindo usar de todos os aspectos que compõe o cidadão, dentre eles os direitos civis, morais e éticos.

Pensar a cidadania nos dias atuais é perceber em que situação o sujeito está, desde sua compreensão até sua participação na sociedade, aqui daremos enfoque a educação sob a vertente da promoção da leitura, direito universal que versa sobre o conceito de cidadania, em que os sujeitos fazem parte desse processo que vai desde a identidade de cidadão ate sua participação nas decisões em sociedade e no acesso aos livros e conseqüentemente à leitura.

A cidadania social posta por Cortina (1997) traz uma reflexão sobre a grandeza que está dentro do conceito de cidadania, alargando paradigmas que não eram vistos em sociedades e que permite ao cidadão outros direitos, os quais contribuem para a organização da vida em sociedade e para cada sujeito em sua individualidade.

Se relacionarmos o conceito de cidadania em relação à promoção da leitura e pensamos na realidade educacional que se encontra o nosso país, fica um tanto quando confuso, pois se todos possuem direitos (CORTINA, 1997) por que será que a educação passa por uma crise que parece não mais acabar? Por que a luta para uma acessibilidade aos livros e a preocupação com a formação dos leitores em sala de aula? São indagações como essas que devem ser projetadas na mente de cada sujeito para tentar se inserir na sociedade e fazer acontecer a mudança.

Quando se fala em emancipação, logo pensamos em mudanças positivas sobre a sociedade, entretanto Marx afirma que: “A emancipação humana só é realizada quando o homem reconheceu e organizou as suas próprias forças como forças sociais, deixando de separar de si a força social sob a forma de força política”. (MARX, 1978, p.46). Assim, a sociedade tem um papel fundamental na participação enquanto cidadãos com direitos e deveres.

Nesse sentido, a transformação do sujeito se intensifica quando ele participa ativamente enquanto ser social, capaz de reconhecer-se como possibilidade de mudança a partir de sua consciência para com a sociedade. Para Silva (2005):

A constituição do indivíduo e da sociedade acontece na sua dependência mútua, o ser social só existe porque vive de acordo com uma sociedade determinada e a sociedade só existe porque os indivíduos produzem e reproduzem as condições que dão a ela continuidade.

É nessa condição cidadã que devemos pensar em relação à educação, em uma ação conjunta entre sujeito e sociedade pela produção de bem estar. Quando a cidadania seja de fato uma condição humana que favoreça a qualidade de vida de seus cidadãos, e a leitura seja mais um desses direitos que venha se concretizar na formação leitora, humana e cidadã dos sujeitos.

Educação e cidadania estão interligadas pela mobilização em torno de uma organização dos saberes, deveres e direitos, uma associada à outra na construção de sujeitos críticos e autônomos em relação a sua participação em sociedade.

Com a evolução do termo cidadania que ao longo dos séculos se molda as necessidades humanas, podemos perceber que sua ramificação parte do homem como foco e se amplia em torno de suas condições.

No mundo das redes sociais

Ao chegarem às escolas, as redes sociais ganham uma abrangência voraz, pois os jovens aderem satisfatoriamente a essas redes e passam a visitá-las na maior parte do tempo. Isso se deve ao fato de que essas conexões possibilitam um contato direto com várias pessoas além da troca de informações pessoais, conforme cita Bauman (2008, p.08) “no cerne das redes sociais está o intercâmbio de informações pessoais, os usuários ficam felizes por revelarem detalhes íntimos de suas vidas pessoais, fornecerem informações precisas e compartilharem fotografias”. Segundo o autor, essa prática, é vista pelos jovens como liberdade de escolha, entretanto, atormenta pais, professores e diretores de escolas que tentam coibir essa prática, principalmente nas escolas. Para Bauman, o fato é que esses jovens e crianças que vivem constantemente com “equipamentos de confessionário portáteis são apenas aprendizes treinando e treinados na arte de viver numa sociedade confessional” (2008, p.09). Nessa sociedade as fronteiras que existiam entre o público e o privado foram demolidas, se expõem naturalmente o privado publicamente.

Na verdade, é uma sociedade que tem como sustentáculo, o consumo, a mercadoria, tornando os seres humanos parte dessa conjuntura. Bauman, argumenta que,

[...] na sociedade de consumidores ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressucitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável (2008, p.20).

O sujeito submete sua subjetividade transformando-a em mercadoria vendável, que seja facilmente aceita na sociedade do consumo. Esse fato torna-se evidente se observarmos a corrida a procura da mercadoria notável feita pelos sujeitos em busca da fama, essa mercadoria parece dificilmente ser ridicularizada ou ignorada, “numa sociedade de consumidores, tornar-se uma mercadoria desejável e desejada é a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fadas” (idem, 2008, p.22). Assim, os relacionamentos humanos nascem nas relações comerciais, os valores humanos e os sonhos são substituídos por valores consumistas, impostos pelo mercado, o encontro face a face é adiado e o sujeito migra para os serviços da internet, os encontros virtuais que os protegem de um possível desconforto ou constrangimento no encontro entre pessoas de carne e osso, com emoções e necessidades humanas.

Não obstante, os relacionamentos mercadológicos estão cada vez mais presos a internet, preferindo clientes virtuais que são atendidos por vendedores virtuais preparados e treinados para lidar com esse tipo de relacionamento.

Inspirados nas ideias do autor, vimos que na era da sociedade sólido - moderna de produtores, primava-se pela segurança a longo prazo, um ambiente confiável, seguro, resistente ao tempo e duradouro, eram promessas que satisfaziam o homem. Contrária a essa ideia, “o ambiente líquido moderno é inóspito ao planejamento, investimento e armazenamento de longo prazo” (BAUMAN, 2008, p.45), a satisfação que impulsiona o sujeito está na busca e desfrute de prazeres efêmeros. A felicidade do homem está relacionada a aquisição de objetos e mercadorias que proporcionem prazer imediato, desejos que são constantemente substituídos por novos desejos, novas necessidades, sempre ligadas ao consumo, a mercadoria, a compra de objetos que em pouco tempo será descartado como lixo e só servirá para poluir o planeta.

Dessa forma, percebemos que as utopias privatistas se resumem a criação de um consumidor moderno-líquido que sempre precisa demais e nunca tem o bastante, logo “a possibilidade de povoar o mundo com gente mais afetuosa e induzir as pessoas a terem mais afeto não figura nos panoramas pintados pela utopia consumista” (2008, p.68).

Educação, consumo e conhecimento na sociedade de informação

Na sociedade pós-moderna, marcada predominantemente pelo culto ao consumismo e a influência das novas tecnologias no modo de produção, de comunicação, bem como no próprio modo de viver das pessoas atreladas ao capitalismo, o conhecimento é visto como algo inerente à vida de qualquer pessoa. Entretanto, convém discutirmos de que forma se dá esse acesso para não camuflar a realidade desigual efetivada pela antiga divisão social que legitima a desigual participação e intervenção dos indivíduos na sociedade.

De acordo com Brito (2003), um cidadão conectado com ao mundo e frente à diversidade de informação e de formas de aprender e informar-se teria assegurada a oportunidade de participar e intervir na sociedade, haja vista sua interação com vários agentes em todo mundo, tornando notórias suas ideias, o que para o autor “em última análise, ele estaria fazendo política – a forma mais eloquente de democracia e de cidadania” (2003, p.52).

O autor alerta-nos para esta forma de vê o fenômeno da comunicação eletrônica, pois repassa para nós a ilusão de acesso ilimitado, o que esconde as desigualdades antigas e novas da sociedade. Essa concepção se apoia em uma visão de política e de participação social pautada na imagem dos indivíduos isolados de seu contexto social, histórico e cultural. Com isso, o conhecimento se confunde com informação e é medido pela quantidade de informação disponível em algum sistema.

Nesse contexto, não queremos negar a contribuição do desenvolvimento tecnológico para produção de conhecimento, chamamos a atenção para o entendimento que o conhecimento, seja individual ou coletivo, é demarcado por uma situação histórica concreta. Por isso, à medida que consideramos a construção do conhecimento, temos que “considerar também o modo como são elaboradas e veiculadas as informações e as conformações ideológicas dentro das quais se constroem os valores e saberes dominantes que informam as práticas sociais” (BRITO, 2003, p.53).

O que discutimos é o fato de que os benefícios provindos do desenvolvimento tecnológico não são aplicados e distribuídos de forma geral e igualitária, mas é regida por interesses do capital, sejam políticos, econômicos ou ideológicos, o que fortalece a ideia centrada no indivíduo isolado, competitivo e a reprodução das diferenças sociais, situação contrária a ideia de democracia, de um conhecimento que todos tem acesso.

Sob essa ótica, a escola se constitui como mecanismo elementar para a transformação da sociedade. Para isso, se faz necessário repensar o ensino baseado em

técnicas e transmissão de conhecimento. Essa crise educacional que a sociedade vivencia se dá devido à inadequação do ensino. Para Brito (2003, p.56) “nenhuma das ‘novas tecnologias’ produzidas ao longo do século XX (rádio, TV, cinema, vídeo, gravador, etc.) foi significativamente apropriada pela prática escolar nem compôs algum vínculo com as bibliotecas”. Dessa forma cabe à escola assumir novos papéis e utilizar a tecnologia, junto à biblioteca escolar e outros recursos com intuito de romper com a ideologia pautada na competitividade e treinamento para dá lugar ao ensino que contribua para a liberdade e o bem-estar do ser humano enquanto pessoa.

Promoção da leitura

A sociedade da informação rompe os muros da escola e requer um ensino transformador, não há mais espaço para a educação bancária tão criticada por Freire (2005), na qual a escola apenas deposita o conhecimento pronto e acabado, transmite valores e o aluno é apenas receptor passivo desse conhecimento. Essa educação, segundo Freire, reproduz e legitima as desigualdades sociais, estando a serviço da ideologia dominante e opressora. Surge a necessidade de uma educação libertadora, que possibilite ao indivíduo a liberdade de pensar, agir e transformar as relações opressoras que lhes são impostas.

Nessa perspectiva, observamos vários fatores que dificultam um ensino transformador na escola, contudo, nos remeteremos diretamente ao descaso com as políticas de efetivo incentivo a leitura, considerando que a leitura para além do prazer é também concebida como prática social, indissociável da história e da cultura, sendo assim, está “condicionada historicamente pelos modos da organização e da produção da existência, pelos valores preponderantes e pelas dinâmicas da circulação cultural” (SILVA, 2009, p.23).

Num país, imbuído no modo de produção capitalista que revela uma série de contradições, reproduzido e propagado pela mídia, segundo Silva (2009) com destaque para a dominação de uma classe sobre outra e a predominância da visão de mundo da classe opressora e dominante que inculca seus valores através da propaganda ideológica espalhada por todas as esferas sociais, a leitura surge enquanto mecanismo necessário para enxergar as diferenças e contribuir para a transformação social, visto que a leitura não se desvincula do contexto no qual o indivíduo vive, mas estabelece relações diretas com a organização social, com a sociedade. Para Silva (1997, pp. 46-47),

A caracterização da leitura como sendo uma atividade de questionamento, conscientização e liberação gera uma série de implicações, principalmente quando a vinculamos com organizações sociais específicas e concretas. É preciso saber [...] se a organização social, onde a leitura aparece e se localiza, dificulta ou facilita o surgimento de homens-leitores críticos e transformadores. É preciso saber, ainda, se uma sociedade, através de seus organismos dirigentes, concebe a leitura como uma atividade destinada à realização e ao bem-estar do povo ou como uma atividade que impede o surgimento da consciência e da racionalidade. É preciso saber, enfim, se o objeto da leitura (livro ou similar) circula democraticamente numa sociedade de modo a permitir sua fruição por parte dos homens que constituem essa sociedade. Tais necessidades revelam que o problema da leitura não se desvincula de outros problemas enraizados na estrutura social: é praticamente impossível discutir as vivências ou carências da leitura de um indivíduo sem situá-lo dentro das contradições presentes na sociedade onde ele vive.

O autor enfatiza que tivemos várias mudanças na sociedade, entretanto, as estruturas que reproduzem as injustiças sociais praticamente não mudaram. As contradições sociais tornam-se cada vez mais nítidas e opressoras, chamando-nos a atenção para a ação transformadora, que enfrente esse quadro com intuito de acabar com essa opressão que ganha corpo a cada dia e contribui para assegurar a perpetuação da classe opressora. Nesse cenário de contradições da sociedade brasileira, a leitura crítica aparece como necessária e fundamental. De acordo com o autor,

A leitura crítica encontra a principal razão de ser nas lutas em direção à transformação da realidade brasileira, levando o cidadão a compreender as raízes históricas das contradições e a buscar, pela ação concreta, uma sociedade em que os benefícios do trabalho produtivo e portanto, da riqueza nacional não sejam privilégios de uma minoria. (SILVA, 2009, p.24)

Segundo o autor, é importante frisar que a criticidade é utilizada na maioria das vezes em prol da cidadania e tem um valor atitudinal, ou seja, é trabalhada pela classe dominante em seu favor, defendendo seus ideais e inculcando valores dos que detém o poder. Essa criticidade serve como veículo para reproduzir e conservar a estrutura contraditória vigente, como forma de persuasão fortalecendo a ignorância e o conformismo. Por isso que a formação de leitores críticos torna-se o calcanhar de Aquiles, tendo em vista ser uma ameaça para os que possuem o poder.

Nesse contexto, percebemos que as escolas desempenham importante papel na promoção da leitura e formação de leitores críticos, pois se almejamos a formação de cidadãos críticos, devemos ter em mente que é preciso ensiná-los a ler criticamente, enxergar as mensagens. Retomando as ideias de Bauman (2008), vivemos numa sociedade que é rodeada todo tempo pela apelação ao consumo, ao ter, sobre isso Silva (2009), lembra-nos que nessa sociedade a escrita cumpre propósitos de persuasão através da publicidade e propaganda. Nessas esferas, existe uma imbatível produção de mensagens apelativas, sedutoras, com intuito de seduzir e convencer o consumidor a comprar. Daí observamos que a leitura tem também uma função social, o que requer a formação de leitores críticos que possibilitem que o leitor possa decifrar, por exemplo, esse tipo de mensagem para que esse não venha ser ludibriado pelos efeitos da ignorância ou desatenção, mas assumir posturas críticas nas mais diversas situações do cotidiano. Corroboramos com o autor que “a leitura crítica está intimamente relacionada às ações inquiridoras do leitor em relação à razão de ser e à verdade dos fatos (ou ideias)” (SILVA 2009, p.29), só lendo criticamente o leitor terá condição de desmistificar as ideias e aspirações que estão presentes nas linhas e entrelinhas do texto.

Nesta perspectiva, a escola precisa repensar o ensino elitista que ainda é reproduzido em sala de aula, fazendo dessa instituição um mecanismo de reprodução da ideologia dominante através de conteúdos, orientações e propostas pedagógicas que são seguidas ao pé da letra, sem questionamentos ou sem incluir outros discursos, outras propostas que deem espaço para a discussão, o debate. Devemos ter em mente que “existe uma relação indissociável entre a leitura crítica e a escola problematizadora – uma escola que põe em questão os temas no currículo e que, de nenhuma forma, bloqueia o surgimento de conflitos ou a defesa de convicções em todos os seus níveis e instâncias” (SILVA, 2009, p.31). Sob essa ótica, a escola deverá ser lugar despojado do autoritarismo institucional, fechado para o questionamento, para a comunicação, e abrir espaço para possibilitar o desenvolvimento de competências críticas leitoras e isso só ocorre se a escola oferecer aos estudantes uma variedade de textos e informações, instigando a interpretação a partir de várias versões de um tema, de uma informação, pois segundo o autor citado, ensinar a ler de forma crítica, significa dinamizar situações de análises de uma mesma moeda, vendo os dois lados e os vários lugares ideológicos do discurso.

Para isso, o professor se constitui elemento principal do processo, dada a necessidade de professores maduros, leitores e críticos que viabilizem ações para promover a leitura numa perspectiva de transformação social e política.

Bibliotecas e possibilidades: Um olhar sobre o BALE

Diante das discussões, vimos os entraves da promoção da leitura numa sociedade pós-moderna, marcada pelo consumismo exagerado, ocultando valores através do “mundo tecnológico”, enfim, cultuando mitos de cidadania que desconhecem a amplitude da ideia que vai muito além daquilo que ouvimos falar.

Pensar a leitura como uma das possibilidades de transformação humana no sentido de formar sujeitos críticos, aptos de suas próprias conclusões frente ao mundo não é tarefa de hoje. Há muitas décadas se vem com esse desejo de colocar lá no topo da educação brasileira, pois sua trajetória histórica foi massacrada pela ignorância dos que dela fizeram uso a leitura, uma vez que se constituía/ se constitui como uma necessidade humana. Algo que trazia melhorias. Um instrumento capaz de mudar a vida de uma sociedade, tornando-a mais organizada no sentido econômico e comunicativo, o que nos leva a crer que a leitura sempre terá uma finalidade: o conhecimento, afirma Fischer (2006). Mesmo tendo toda essa menção dos benefícios da leitura sua promoção ainda enfrenta hoje uma missão desafiadora para todos os envolvidos, sujeitos, família, escola e sociedade.

Para tanto, trazemos nesse trabalho um exemplo de possibilidade de tornar a promoção da leitura um ato de cidadania, que vem promover o acesso aos livros, a informação, a literatura e a formação leitora. É o Programa de Extensão Universitária Biblioteca Ambulante e Literatura nas Escolas – BALE.

O BALE, é reconhecido nacionalmente pelo seu trabalho de incentivo à leitura como Ponto de Leitura pelo Ministério da Cultura, atualmente em sua 6ª edição, objetiva motivar o gosto pela leitura nos espaços não escolares na cidade de Pau dos Ferros/RN e regiões circunvizinhas, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos, cuja finalidade é de estimular o gosto pela leitura de forma dinâmica, lúdica e criativa (SAMPAIO, 2007).

Desenvolvendo o acesso a leitura e aos livros, o BALE torna-se uma dessas possibilidades de formar não apenas leitores, mas sujeitos capazes de pensar sobre a própria existência numa reflexão feita a partir daquilo que se lê, se ouve, enfim, do acervo de palavras e significados que os cercam, numa verdadeira manifestação da cidadania que vem dando certo mesmo nessa sociedade pós-moderna influenciada pelas transformações aceleradas de novo mundo virtual. Uma ação concreta e possível que nos serve de motivação para de fato se pensar uma sociedade criticamente e humanizada, sem perder a condição de homens parte de uma sociedade capaz de relacionar valores e saberes pela ferramenta da leitura.

As ações do BALE estão distribuídas em contação de histórias, rodas de leituras, recitais, exposições de livros, encontros que acontecem em espaços escolares e não escolares, incentivando a leitura de modo a formar leitores, tornar o acesso possível e buscar a transformação do sujeito pelo ato de ler.

Considerações finais

Diante do exposto, abrindo espaço para possíveis indagações que venham pensar essa discussão como utopia, porém, discutir a promoção da leitura na sociedade pós-moderna é dá visibilidade a nova geração e lembrar as antigas que ainda existem possibilidade de se perceber no mundo, de que não somos “máquinas” e sim pessoas que são capazes de pensar, opinar e participar ativamente do processo de relações humanas.

Ver a leitura não somente como dever da escola, mas como uma prática social é a grande necessidade do século XXI, pois sua manifestação sobre o sujeito que se constitui cidadão precisa dela para se fazer entender de fato como cidadão, e não reprodutor de ideais já impostos.

É tarefa difícil, mas possível, uma vez que se tenha a devida reflexão sobre a realidade educacional, social, cultural, econômica e política que vivemos atualmente, e diante dela investir na capacidade de ser sujeito ativo na sociedade, rever conceitos e valores e criar possibilidades de relacionar de forma crítica a modernidade que nos cerca a cada segundo.

A partir dessa reflexão e do desejo de vermos uma sociedade transformada, primeiro devemos nos permitir a reflexão, para construir ações que venham mudar os rumos da sociedade, que começa com a educação, e a leitura tem um papel fundamental.

Concluimos que há possibilidades de mudanças, o mundo se constrói na medida em que vamos articulando as novas dimensões que ele toma em torno do “novo”, e é papel de cada um de nós se vê nessa mudança sem perder a nossa condição de seres humanos.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso**: cultura escrita, educação e participação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

CORTINA, Adela. **Ciudadanos Del mundo**: hacia uma teoria de La ciudadanía. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

FIGUEIREDO Maria do Amparo Caetano de. **Dialogando com Freire e Boaventura Sobre Emancipação Humana, Multiculturalismo E Educação Popular**. Disponível em: http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/DIALOGANDO%20COM%20FREIRE%20E%20BOAVENTURA%20SOBRE%20EMANCIPA%C3%87%C3%83O%20HUMAN,%20MULTICULTURALISMO%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20POPULAR.pdf. Acesso em: 14/10/2012

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro; CASTRO, Demian. **Sobre o “Medo Líquido”, de Zygmunt Bauman**. 2009. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/ret/article/viewFile/27140/18067>. Acesso em 17/12/2012.

MARX, Karl. **A questão Judaica**. Tradução de João Fagundes. Lisboa, 1978.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Condições para fazer leitores nas escolas brasileiras: do medonho ao sem-vergonha. In: FERREIRA, Norma S. de Almeida (org.) **Leitura: um cons/certo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003, p.19-24.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura**: ensaios. São Paulo: Global, 2009. (coleção leitura e formação)

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura e realidade brasileira**. 5 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SAMPAIO, M. L. P.; MASCARENHAS, R. O. **Projeto BALE – Biblioteca Ambulante e Literatura nas Escolas**: ação conjunta entre o BNB, o GEPPE e a comunidade paufferrense. Pau dos Ferros: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.